

VISÃO DO CORREIO

A diáspora venezuelana e o desafio do Brasil

Em meio ao intenso debate global sobre soberania, legislação internacional e interesses econômicos que se seguiu à intervenção dos Estados Unidos na Venezuela — e está longe de se esgotar —, um outro dilema envolvendo o país latino-americano segue se desenrolando sem desfecho previsível, e mais silenciosamente. Anunciada ontem, a decisão do Brasil de enviar agentes da Força Nacional de Segurança Pública para a fronteira com a nação vizinha, em Roraima, expõe novamente a crise migratória. Uma realidade muito mais grave do ponto de vista humanitário — e menos ruimosa nos fóruns mundiais —, que há anos expulsa o povo venezuelano de sua pátria, tendo cidades brasileiras como um dos principais destinos.

A mobilização das autoridades do Brasil evidencia a imprevisibilidade das consequências da ação dos EUA, com a deposição e captura do então presidente Nicolás Maduro, sobre a diáspora venezuelana. O reforço de agentes da tropa federal brasileira foi autorizado com destino à capital de Roraima, Boa Vista, e a Pacaraima — considerada a principal porta de entrada de imigrantes do país vizinho e que, ao longo dos últimos anos, tem sido palco de operações de controle migratório e de ações humanitárias em momentos de agravamento da crise na Venezuela.

O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva advertiu para os riscos de que uma intervenção armada na Venezuela desencadeasse uma catástrofe humanitária. A insegurança do povo venezuelano em relação aos desfechos dos acontecimentos pode ser, de certa forma, medida pela reação de muitos imigrantes já estabelecidos em território brasileiro e diante das primeiras notícias sobre a ação militar. Uma reação dividida entre a esperança de superação do totalitarismo do governo Maduro e o temor quanto

aos resultados do imperialismo norte-americano sobre uma nação com o povo sofrido e empobrecido.

Naquela que é considerada a maior crise de deslocamento forçado da história recente da América do Sul, estima-se que a instabilidade na Venezuela já tenha expulsado das fronteiras do país cerca de 7,9 milhões de pessoas, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur). Mais de 6,9 milhões partiram para América Latina e Caribe em busca de segurança, trabalho e dignidade. Parcela expressiva está no Brasil, onde os venezuelanos compõem o maior grupo entre os imigrantes, segundo o Censo de 2022 do IBGE.

Até que se alcance um imprevisível equilíbrio no país vizinho, a volatilidade política, econômica e, agora, militar não parece contribuir para estancar esse movimento, especialmente diante de um novo componente interventionista que espalha incerteza pelo território venezuelano. É nesse tabuleiro internacional complexo que o Brasil ocupa posição estratégica — geográfica, política e humanitária.

Para além da necessária atuação diplomática ante a crise internacional agravada pela intervenção militar externa, consolidando uma voz de liderança na América Latina, o país tem o desafio de lidar com a questão migratória combinando uma postura humanitária e de soberania. No primeiro caso, pelo imperativo ético e jurídico de acolher quem foge da fome, da violência e da repressão; no segundo, porque é indispensável reafirmar posições diante de ações externas que podem colocar em risco a estabilidade regional.

A crise venezuelana não é apenas um problema do país vizinho nem um capítulo — grave — da disputa geopolítica global. Ela bate à porta do Brasil todos os dias. Enfrentá-la com lucidez, humanidade e liderança regional se revela mais que nunca um imperativo de Estado.

ROBERTO FONSECA
robertofonseca.df@dab.com.br

Veto dentro do script

O veto integral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao chamado PL da Dosimetria não é um gesto isolado nem um sobressalto institucional. Ele representa, antes de tudo, o segundo capítulo de um roteiro conhecido da política brasileira, em que decisões de alto impacto jurídico servem também como combustível para a disputa eleitoral que se aproxima. O enredo era conhecido desde o fim do ano passado: o Congresso aprova, o presidente veta, deputados e senadores se articulam para derrubar o voto e, ao final, o tema desemboca no Supremo Tribunal Federal. Nada disso ocorre por acaso.

Desde a aprovação da proposta, em dezembro, Lula sinalizava que não sancionaria um projeto que, a seu ver, enfraquece a responsabilização pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e beneficia diretamente o ex-presidente Jair Bolsonaro e integrantes do núcleo central da tentativa de ruptura institucional. O voto, assimado em cerimônia no Planalto sem a presença dos presidentes da Câmara e do Senado, reforça a narrativa do governo de defesa intransigente do Estado Democrático de Direito. Não surpreendeu o Congresso. Apenas confirmou o esperado.

No Legislativo, a reação seguiu o script previsível. A oposição respondeu de imediato, anuciando que vai trabalhar para derrubar a decisão presidencial. O primeiro posicionamento do senador Flávio Bolsonaro, carregado de acusações e forte apelo emocional, ilustra bem o momento político: menos debate técnico sobre dosimetria de penas e

mais investimento em um discurso eleitoral voltado à segurança pública, à crítica ao Judiciário e à ideia de "perseguição política". O PL torna-se, assim, instrumento retórico de campanha, não apenas matéria legislativa.

Entre o Planalto e a oposição, o Centrão ocupa novamente o papel de fiel da balança. Com votos suficientes para decidir o destino do voto, o bloco ganha margem para negociar caro o apoio. O preço não se limita a cargos ou emendas. Envolve compromissos eleitorais, alinhamentos regionais e até a possibilidade de interferir na escolha de candidatos para outubro, como, por exemplo, cobrar outro nome para o lugar de Flávio Bolsonaro para representar a direita para presidente, caso não embale nas pesquisas. O tema jurídico, nesse contexto, converte-se em moeda política de alto valor.

Com a provável derrocada do voto, o desfecho também é conhecido. A nova lei deverá ser questionada no Supremo Tribunal Federal, por partidos, pela Procuradoria-Geral da República ou pelo próprio governo. Caberá à Corte decidir se o texto respeita a Constituição ou se viola princípios como a proporcionalidade das penas e a proteção ao regime democrático. Mais uma vez, o Judiciário será chamado a arbitrar uma disputa que nasce menos do direito e mais da política.

O episódio expõe um sistema institucional sob tensão permanente, que deixa em todos nós uma grande interrogação: como punir crimes contra a democracia sem transformar a lei em instrumento de conveniência política?



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.

» E-mail: sredat.df@dab.com.br

A corrida pela IA

A inteligência artificial está acontecendo sem que se perceba. Mais e mais problemas serão resolvidos pela comunicação máquina a máquina, sem intervenção humana. Estudo mostra que em cinco anos será possível sentir a textura de um tecido em sua imagem na tela de um dispositivo. Um celular poderá, por exemplo, analisar o hábito do usuário e avisar se ele vai ficar resfriado. A batalha pelo mundo da inteligência artificial está a cada dia mais acirrada. Ter uma empresa, como a Amazon, apostando pesado na concorrente do ChatGPT mostra isso. Interessante essa perspectiva.

» **José R. Pinheiro Filho**

Asa Norte

Fim de era

A subtração de Maduro do território da Venezuela, por um ato de força dos Estados Unidos, coloca às claras a real política internacional vigente desde o fim da Segunda Guerra. As potências hegemônicas sempre atuaram assim, dissimuladamente. Foi dessa maneira na nossa eleição passada, e será assim também na próxima. Da mesma forma, o julgamento e a prisão de Bolsonaro, tanto quanto o comportamento da justiça eleitoral bolivariana nas últimas eleições, deixam evidente como a justiça opera ao sul do Equador. É o sínodo dos tempos. As maracutaias não conseguem mais ser realizadas ou ficar ocultas. As populações evoluíram, e tudo indica que as elites políticas não se deram conta disso. Os casos da Previdência e do Banco Master expõem a lama que, tamanha, transbordou dos porões. Vamos ficar nesse "salve-se quem puder" ou vamos projetar um mundo realmente civilizado de conviver?

» **Rubi Rodrigues**

Octogonal

Capitalismo sem freio

Passsei a vida ouvindo que a esquerda ia tomar minha casa. Que o perigo vinha dos pobres

» **Humberto Schwartz Soares**

Vila Velha (ES)

organizados, dos sindicatos, do Estado, das ideias de justiça social. Disseram que era preciso ter medo, proteger o que era "meu", desconfiar de qualquer proposta de partilha ou solidariedade. No fim, ninguém bateu à minha porta para levar minha casa. Quem tomou foi o capitalismo sem freio: tomou o país, tomou o trabalho, tomou o tempo e a dignidade de milhões. Tomou a esperança de quem trabalha muito e recebe pouco. Tomou o futuro dos jovens e a tranquilidade dos mais velhos. Não foi a esquerda que encareceu o aluguel, transformou moradia em ativo financeiro ou fez da terra um instrumento de especulação. Não foi a esquerda que privatizou direitos, precarizou empregos e tratou gente como custo. O medo foi bem vendido, mas o prejuízo foi real. Enquanto nos distraíam com fantasmas ideológicos, o país era entregue aos poucos: recursos, serviços públicos, soberania. E, quando percebemos, morar virou privilégio, viver virou sobrevida. Talvez, o maior roubo não tenha sido material, mas simbólico: roubaram nossa capacidade de imaginar um país mais justo e nos convenceram de que isso era perigoso. Hoje, fica claro: o discurso do medo serviu para proteger quem sempre teve demais e deixar o resto com quase nada.

» **Gilberto Pereira Tíriba**

Santos

Futebol

O Brasil encalhou no penta. Agora, Carlo Ancelotti, técnico de muitas conquistas, digno de, finalmente, conquistarmos o hexa. É o que faltava para a Seleção Brasileira. Mas tem um porém. Ancelotti esqueceu de Thiago Silva, o "Monstro", de forma intencional, ao saber o seu valor e qualidade, conscientemente poupar o Thiago e testou vários beques. Ancelotti é perspicaz e inteligente, sabedor da capacidade e experiência do Thiago, deixou para convocá-lo no momento certo para integrá-lo à Seleção e conquistarmos o hexa.

» **Rubi Rodrigues**

Octogonal

Se as multas fossem mais caras, as pessoas levariam o trânsito mais a sério e respeitariam mais as regras!

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

8 de Janeiro. Data que ficará indelevelmente marcada na memória de nossa nação devido às nefastas ações de baderneiros ocorridas em 2023. Vândalos sem comando depredando bens públicos, cuja finalidade até hoje é desconhecida para a maioria dos brasileiros de bem.

Paulo Molina Prates — Asa Norte

Bolsonaro pede a Xandão que autorize a diminuição da pena por conta da leitura de livros. Caso venha ser autorizada, sugiro que comece pela Constituição, livro que ele tanto ignora, como tenta violar.

Sylvio Belém — Recife

A versão oficial tenta explicar o inexplicável e trata a morte de uma mulher como efeito colateral da política migratória. Nada justifica transformar uma abordagem em execução a sangue frio.

Pacelli M. Zahler — Sudoeste

Groenlândia: Se a Otan não arregar, mexeu com um, mexeu com todos.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Se as multas fossem mais caras, as pessoas levariam o trânsito mais a sério e respeitariam mais as regras!

João Paulo Auguia — Brasília

CORREIO BRAZILIENSE

*"Na quarta parte nova os campos ará
E se mais mundo houvera, lá chegara"*

Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA

Localidade SEG/SÁB DOM

DF/GO R\$ 5,00 R\$ 7,00

ASSINATURAS*

SEG a DOM

R\$ 1.187,88

360 EDIÇÕES

[promocional]

Assinante (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 WhatsApp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Correio do Coração de Redação (3342-1000) ou (61) 99154.0045 WhatsApp, para mais informações e outras opções de entrega. As assinaturas podem ser feitas em modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empréstimo terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 WhatsApp

Publicidade: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 WhatsApp

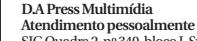
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 WhatsApp

SA-CORREIO BRAZILIENSE— Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varella, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 WhatsApp.

ANJ 

Endereço na internet: <http://www.correioweb.com.br>

Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131

DÍARIOS ASSOCIADOS 

D.A. Press Multimídia Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias;

SG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;

de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo: E-mail, telefone ou pessoalmente de segunda a sexta, das 9h às 22h;

sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.

Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1586.

E-mail: dapress@dab.com.br Site: www.dapress.com.br